

Congresso só aprecia dívida se acordo mudar

BRASILIA — O Congresso só será chamado a deliberar sobre os acordos internacionais para pagamento da dívida externa caso haja substanciais inovações nas bases estabelecidas, envolvendo novos empréstimos, ou se os bancos credores exigirem taxas de juros consideradas excessivas. Se o resultado das negociações for a formalização de acordo nas bases de hoje em discussão, o Congresso apenas será informado detalhadamente dos entendimentos, mas não terá poder de decisão.

Foi o que ficou estabelecido ontem durante reunião de uma hora do Conselho do Governo — formado pelos Líderes da Aliança Democrática — com o Presidente José Sarney. O assunto foi levantado pelos Líderes do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, e do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, que manifestaram ao Presidente o interesse do Congresso em participar das negociações do Governo para pagamento da dívida.

O Presidente decidiu, então, segundo Chiarelli, que o Conselho político será o canal entre o Executivo e o Legislativo — ouvindo e transmitindo informações sobre o andamento das negociações e as preocupações dos políticos com relação ao pagamento da dívida externa.

— A gestão da dívida caberá ao Executivo e não ao Legislativo. Mas os Líderes do Governo no Congresso serão informados sobre o andamento das negociações e comunicarão ao Presidente o que pensam os parlamentares — disse o Líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso.

O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, esclareceu que o Governo não submeterá os acordos ao Congresso simplesmente porque não está assumindo compromissos em relação à dívida externa.

— O Brasil não está pedindo dinheiro novo aos credores e sim renegociando a dívida já existente. Portanto, não há novos acordos — disse.

Chiarelli expressou ponto de vista semelhante e exaltou a fórmula a ser adotada para o acompanhamento, pelo Congresso, da negociação da dívida.

— Vamos sair de uma fase de segredo, de decisões tecnocráticas, para uma sistemática informal de diálogo político do Executivo, através de seu representante mais credenciado, o Presidente da República, com o Legislativo, através de suas lideranças — disse.

Em sua opinião, isto significa “um grande avanço” na atuação do Congresso, pois, não há como o Legislativo participar com voz ativa das negociações preliminares “sob pena de não haver negociação alguma, uma vez que o Congresso conta com mais de 500 representantes, cada um com opinião própria”.

Segundo Chiarelli, Sarney informou, durante a reunião do Conselho Político, que o Brasil goza de condição favorável junto à comunidade financeira internacional por estar com todos os seus pagamentos em dia, o que gera confiança, mostra seriedade e induz a possibilidade de se firmar acordos com cláusulas mais favoráveis.



Os Líderes do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, trocam idéias